

Biblioteca comunitária vs universitária e as políticas de cotas indígenas: relato de experiência no contexto do Instituto de Psicologia da UFRGS

Thais Batista Zaninelli ¹

<https://orcid.org/0000-0001-5865-3109>

¹ Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil

Resumo: Este estudo objetivou entender como as ações e os serviços desenvolvidos e oferecidos pelas bibliotecas comunitárias, dada a diversidade de seus usuários, contribuem para o desenvolvimento de serviços nas bibliotecas universitárias, onde a pluralidade da comunidade acadêmica já é uma realidade. Foi realizada uma pesquisa de campo utilizando entrevistas como ferramenta de coleta de dados. A análise dos dados envolveu a construção de um relato de experiência que considerou o objetivo da pesquisa. A análise dos dados sugere que o público das bibliotecas universitárias está mudando, tornando-se mais semelhante ao das bibliotecas comunitárias. Assim, promover parcerias entre unidades de informação contribui significativamente para a qualidade do desenvolvimento e oferta de novos serviços. Essas colaborações promovem não apenas o desenvolvimento técnico e científico dos acadêmicos, mas vão além, contribuindo para o despertar cultural de uma biblioteca universitária, visto que vincula a unidade ao papel que a biblioteca precisa desempenhar ao se colocar na universidade como agente propulsor da cultura, igualdade e diversidade em uma instituição de ensino. O estudo mostra que as políticas de ações afirmativas estão transformando o perfil dos estudantes universitários, trazendo maior heterogeneidade e diversidade à comunidade acadêmica. Consequentemente, há uma crescente semelhança entre o público das bibliotecas comunitárias e universitárias, o que denota a necessidade urgente de mudanças nos serviços das bibliotecas universitárias. As experiências das bibliotecas comunitárias são de grande valia para o desenvolvimento de novos serviços das bibliotecas universitárias, considerando que as bibliotecas comunitárias já estão acostumadas com a heterogeneidade de seu público.

Palavras-chave: biblioteca comunitária; biblioteca universitária; ações afirmativas indígenas; serviços de informação

1 Introdução

As bibliotecas são instituições fundamentais no processo de conscientização e de promoção de ações para o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual ela está inserida. Dessa maneira, tais unidades devem compor uma agenda que faça parte do dia a dia dos usuários de modo que todos os envolvidos se tornem ativos nas ações que as unidades realizam e contribuam para um modo de viver e de pensar mais sustentável (Sala *et al.*, 2020).

Existem diversas categorias de bibliotecas, por exemplo a escolar, a comunitária, a especializada e a universitária, que, por sua vez, podem ser digitais, físicas ou híbridas. Dessa forma, atendem a uma comunidade específica, seja acadêmica no ensino superior, sejam crianças, estudantes e professores de uma escola, um grupo de usuários específicos de uma biblioteca especializada, a comunidade de um bairro dentre outras.

No contexto da discussão deste trabalho, o olhar da pesquisa volta-se para duas tipologias de bibliotecas em especial, a fim de entender de que modo uma pode contribuir para o sucesso do serviço prestado pela outra. Por um lado, a Biblioteca Universitária (BU), uma importante unidade informacional que busca colaborar no âmbito da produção de conhecimento científico, tendo como atribuição principal estabelecer uma relação entre ensino, pesquisa e extensão, definidos como os três eixos indissociáveis do ensino superior brasileiro. Desse modo, ao estar intrinsecamente associada às atividades acadêmicas, acaba por auxiliar na formação profissional/técnica e no progresso da sociedade, visto que dispõe da função de formar profissionais, como explicado por Santa Anna e Costa (2017).

Por outro lado, destacamos aqui a Biblioteca Comunitária (BC), que atua de modo transformador em uma comunidade específica, atendendo às necessidades informacionais, culturais e sociais de um grupo de usuários. Portanto, a BC atua de forma empírica e criativa, colaborando no processo de desenvolvimento e empoderamento das pessoas que vivem na comunidade que ela atende (Milanesi, 2013).

No âmbito das BCs, torna-se importante ressaltar aqui, de acordo com Crivellari e Sima (2016), que uma biblioteca não se torna “comunitária” pelo

simples fato de atender a uma comunidade porque, efetivamente, todas as bibliotecas atendem a uma dada comunidade.

A BC é vista como uma alternativa à exclusão social, à desigualdade e às injustiças sofridas por dado grupo social. Constata-se que o modelo de política econômica e social da sociedade atual fortalece a necessidade de desenvolvimento de espaços como as BCs que, com o passar dos anos, têm se mostrado como um tipo específico de biblioteca: uma unidade de informação voltada para a comunidade (Blank; Sarmento, 2010).

Assim, pensando na importância social que uma BC pode assumir no meio em que está inserida como fator de transformação do ambiente social, Marisa Jesus (2007¹ *apud* Blank; Sarmento, 2010, p. 2) alerta para a necessidade da “[...] existência de bibliotecas comunitárias, que atendam às necessidades de informação, podendo minimizar a exclusão social”. E é neste ponto principal que as BCs podem contribuir com as BUs.

Muito se discute na literatura sobre inovações em serviços de informação no contexto das bibliotecas, pensando no avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na criação de novos cursos de graduação, no sistema de Educação a Distância (EAD), dentre outros aspectos que levam as BUs a inovarem em seus serviços. Entretanto, são incipientes as discussões em torno da inovação em serviços nas BUs considerando a significativa mudança do perfil dos estudantes universitários que ingressam no ensino superior por meio das Políticas de Ações Afirmativas, que foram criadas por meio da Lei n. 12.711, denominada de Lei de Cotas (Brasil 2012b).

Ações Afirmativas compreendem políticas públicas (e privadas) que visam à garantia de direitos historicamente negados a grupos identificados como minoritários, como negros, pessoas de baixa renda, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros grupos. Essas ações fundamentam-se no princípio de igualdade substancial ou material, o qual difere daquele professado pelo liberalismo francês e norte-americano, assentado em uma concepção formal de igualdade de oportunidades. Tal perspectiva se respalda na premissa de que a igualdade de direitos basta para garantir o acesso igual à educação superior, ao

mercado de trabalho e, por consequência, a uma vida digna e de qualidade (Gaspar; Barbosa, 2013).

No âmbito dessa discussão, dado o aumento da heterogeneidade dos estudantes que ingressam no ensino superior, Pupo, Melo e Ferrés (2006) e Stroparo e Moreira (2016) reforçam que a BU deve prover à comunidade acadêmica, incluindo aqueles que apresentam demandas específicas, sejam essas: de mobilidade, acessibilidade dos materiais, representatividade/diversidade cultural, intelectuais, financeiras, dentre outras, de recursos de informação, ofertando serviços e produtos diferenciados às suas especificidades e potencialidades.

Nesse sentido, novas ações e serviços surgiram enquanto outros sofreram alterações para que diferentes grupos de estudantes tivessem as suas necessidades - não só as informacionais – atendidas pela biblioteca, para que esses acadêmicos desenvolvessem um sentimento de pertencimento ao ambiente universitário.

Vale ainda ressaltar que, tendo em vista que um dos serviços principais das BUs é fornecer assistência e orientação aos usuários com base nas necessidades reais da comunidade universitária, mediante estudos de perfil de usuários (Mangue, 2007), conhecer em profundidade as características dos diversos grupos de estudantes que estão ingressando no ensino superior via sistema de ações afirmativas, deve ser o foco central das bibliotecas que atuam no ensino superior.

É nesse sentido que esta pesquisa de campo foi realizada, objetivando entender de que forma as ações empreendidas pelas BCs contribuem para que as Bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desenvolvam ações que atendam aos diversos grupos de estudantes que compõem atualmente a comunidade estudantil. Para tal, a Biblioteca Setorial do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (BIBPSICO) foi escolhida como locus do estudo tendo como principal fator de escolha a diversidade nos grupos de estudantes que utilizam a unidade, em especial, o alto volume de estudantes indígenas, foco da

pesquisa, que frequentam os cursos de graduação aos quais a unidade está vinculada.

O relato de experiência aqui apresentado teve como base uma entrevista presencial realizada com o bibliotecário responsável pela coordenação dos serviços que a unidade disponibiliza aos usuários. A entrevista gravada e posteriormente transcrita teve duração de 1h15 minutos. O objetivo principal foi entender de que forma a experiência do bibliotecário com as ações e serviços das BCs contribui no processo de desenvolvimento de serviços no contexto do seu atual ambiente de atuação – BU – onde a pluralidade da comunidade acadêmica já é uma realidade.

2 Características e similaridades entre a biblioteca comunitária e a universitária

Frequentemente acompanhamos nas diversas mídias a criação de inúmeras BCs no Brasil. Tais bibliotecas surgem como práticas espontâneas, idealizadas e implementadas por agentes individuais ou coletivos - cidadãos comuns, com ou sem instrução formal, com ou sem apoio institucional. As BCs geralmente surgem em lugares periféricos, em função da dificuldade de acesso aos bens culturais e da total ausência do Estado (Machado, 2008).

Considerando-se comunidade como um grupo formado por um número pequeno de indivíduos que partilham um local comum onde as relações sociais são determinantes (Machado, 2008), percebe-se que as ações voltadas para a comunidade devem ser norteadas pelas características do grupo a ser atendido, no qual a heterogeneidade torna-se um desafio. Para tanto, deve-se atentar para questões como situação sócioeconômica, educacional, entre outras, que são peculiares a cada grupo social (Blank; Sarmiento, 2010).

As BCs são ambientes físicos criados e mantidos por iniciativa das comunidades civis, majoritariamente sem a intervenção do poder público. Essas unidades possuem um acervo bibliográfico multidisciplinar, abarcando diversas tipologias documentais. Suas coleções, por vezes, possuem uma organização improvisada ou intuitiva, pois o objetivo principal desses espaços é ampliar o acesso da comunidade à informação (Guedes, 2011). O autor afirma ainda que

tais unidades são vistas como instrumentos de democratização e inclusão informacional ao ensejarem o amadurecimento das relações sociais dentro da comunidade e proporcionar o crescimento pessoal dos cidadãos por meio de práticas informacionais (Guedes, 2011).

Nesse sentido, por um lado, as BCs são ambientes que atuam como um espaço estratégico para implantação de políticas públicas de inclusão (Machado, 2008), acompanhando a mesma atribuição de uma biblioteca pública, qual seja, promover o acesso à informação. Torna-se também um “[...] espaço de acolhimento e convivência [...] [com] suas ações e serviços organizados com base na realidade e conhecimento locais” (Machado, 2008, p. 50). Por outro lado, determinadas como centros de recursos estabelecidos, mantidos e administrados por uma universidade, as BUs destinam-se a amparar todos os aspectos relacionados à logística universitária, tendo como principal função contribuir para o acesso e a disseminação de recursos informacionais, nas palavras de Blanco Domingo (2014). O autor explica que, além dessa atribuição, as BUs também se encarregam de auxiliar os processos que compõem a criação de conhecimento, devendo adaptar seus modelos de ação às novas necessidades que a sociedade da informação exige.

Assim, embora seguirem adequadas ao seu propósito original, as BUs sofrem influência das transformações ocorridas na sociedade, que estão relacionadas ao uso de novas tecnologias que interferem na produção e recuperação de informação e de conhecimento, como aponta Silveira (2014). Para o autor, essas mudanças tecnológicas implicam, no cenário das BUs, “[...] o aumento do fluxo de informações, a fluidez das relações interpessoais, a automatização de diversos processos e produtos, a quebra de paradigmas e o surgimento de novos conceitos como a globalização e as tecnologias da informação” (Silveira, 2014, p. 73).

Desse modo, ao mesmo tempo em que as transformações tecnológicas influenciam nos processos e nas atividades das BUs, as mudanças sociais desencadeiam modificações nos perfis dos usuários, que passam a dispor de necessidades informacionais mais complexas e que demandam tempo de resposta mais curto, como apontam Silva *et al.* (2017). De acordo com os

autores, essas modificações requerem das BUs serviços mais dinâmicos e profissionais mais atentos e qualificados, devendo as unidades adequarem-se aos novos contextos nos quais a disseminação da informação acontece de forma mais rápida.

Esses fatores causadores de transformação, como explica Modesto (2018, p. 48), “[...] devem ser considerados como incentivo na busca de novas estratégias, novos campos de atividades, e das possibilidades de implementação de serviços inovadores”. Conforme o pensamento do autor, as BUs se confrontam com a imposição de se reformularem, o que se justifica ao considerarmos o fato de que atualmente não são mais as únicas provedoras de informação, mas sim disputam essa função com a progressiva “[...] oferta de recursos eletrônicos e serviços on-line, que não demandam frequência ou requisito de espaço físico” (Modesto, 2018, p. 48).

Nesse contexto de mudanças, o papel dos bibliotecários é de extrema relevância para que as BUs possam se adaptar, pois são eles os agentes que proporcionam aos usuários novas oportunidades de produção e pesquisa, otimizando os serviços oferecidos (Silveira, 2014). Em seu trabalho, Silveira (2014) aponta que as BUs não devem ser espaços dedicados somente à leitura e pesquisa, mas serem também agentes promotores de trocas de conhecimento, reuniões e atividades em grupo, contribuindo para a socialização de estudantes, professores e pesquisadores.

Visando atender a essas expectativas, as BUs devem servir-se das tecnologias da informação e comunicação para que possam atrelar-se a outras unidades, transpassando os limites de tempo e espaço, como explicam Santa Anna e Calmon (2015) em sua pesquisa. Os autores comentam que, com a aderência as tecnologias, as BUs vão ao encontro da virtualização, disponibilizando seus produtos e serviços de forma digital, porém de modo que não haja efeitos prejudiciais sobre os serviços e produtos informacionais ofertados nos ambientes físicos, sendo essencial que as unidades possam adequar-se a um ambiente híbrido.

Nesse sentido, as BUs vêm passando por mudanças que extrapolam o impacto dos fatores mencionados acima. Essas mudanças causaram alterações

na estrutura física e na tipologia do acervo, mas foi a mudança substancial do perfil dos estudantes universitários – devido às ações afirmativas – que tornou os usuários da biblioteca mais heterogênicos com as necessidades informacionais e com os serviços específicos para além do acesso à informação e ao conhecimento que tradicionalmente é a missão central da BU. Esse movimento tem forçado as unidades a (re)pensarem a oferta das suas ações, produtos, serviços e até o conceito de missão.

É nesse contexto que as BCs podem contribuir e servir de exemplo no processo de desenvolvimento de serviços para as BUs com um público cada vez mais semelhante ao de uma comunidade, dada a diversidade e heterogeneidade dos acadêmicos, como é o caso do grupo de estudantes indígenas, embora apresentem características específicas entre si dentro de um grupo. Tais usuários utilizam os mesmos serviços padronizados dos restantes dos estudantes, ou seja, ainda não há uma personalização dos serviços para os diversos grupos de estudantes que atualmente ingressam no ensino superior por meio das Políticas de Ações Afirmativas.

No contexto dessa discussão, não podemos deixar de ressaltar que a forma de criação, gestão e oferta de novos serviços ocorre de forma distintas na BC e BU, tornando o processo de implantação de novos serviços um desafio para as BUs. Isso se justifica uma vez que, diferentemente da BU, as comunitárias têm autonomia para propor ações e serviços que promovam a democratização da informação e cultura, sem esperar autorização de órgãos superiores ou governamentais, despertando o sentimento de pertencimento daquele usuário no contexto em que vive de forma célere e eficaz. Já as BUs são instituições muitas vezes geridas como órgãos suplementares a uma instituição de ensino, não tendo tanta autonomia, recursos e agilidade no que tange ao processo de desenvolvimento de novos serviços.

Com base no exposto, para que as BUs consigam de fato serem agentes transformadores na vida dos estudantes universitários que utilizam seus espaços, serviços e produtos, o primeiro passo é conhecer em profundidade as características, necessidades e desejos dos usuários. Após a implantação de Políticas de Ações Afirmativas no ano de 2012, houve um aumento da

diversidade dos ingressantes, tornando-se fundamental que os bibliotecários se debrucem em entender o novo perfil dos usuários e elaborarem ações e serviços que atendam às especificidades de todos os grupos de usuários da comunidade acadêmica, sem distinção de cor, raça, classe social, etnia, gênero, deficiência, crença, convicções filosóficas, e outras características que possam vir a caracterizar as pessoas na sociedade.

3 Políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro: cotas para os estudantes indígenas

Em tese, o acesso à educação é um direito de todos, porém, paradoxalmente, esse acesso tem sido, por várias décadas, exclusividade daqueles com condições que lhes proporcionem escola básica particular de excelência ou cursos preparatórios onerados para os exames de seleção para ingresso (Pena; Matos; Coutrim, 2020).

No contexto das discussões sobre o processo de acesso à educação superior, foram criadas as políticas de ações afirmativas que, a partir da Lei n. 12.711, denominada de Lei de Cotas, de 29 de agosto de 2012 (Brasil 2012b), regulamentada pelo Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, estabeleceu regras de reserva de vagas para ingressos no ensino superior para candidatos autodeclarados negros, pardos ou indígenas (Brasil, 2012a). Com o passar dos anos, essas políticas foram se transformando, possibilitando um aumento do número de estudantes cotistas nas universidades e, por consequência, uma alteração na composição social das universidades formando uma nova geração de estudantes.

Essas políticas se tornaram uma realidade dentro do contexto universitário e têm transformado as relações da sociedade com o Ensino Superior no Brasil. Grupos sociais de maior vulnerabilidade, por meio de políticas de inclusão, têm maior acesso ao ensino superior. A política de cotas vem sendo implementada por meio de diversas estratégias na inclusão de grupos sociais específicos (UFRGS, c2023).

Entre as estratégias para o cumprimento das ações afirmativas no Brasil, tem-se o aumento das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior e

Tecnológico, o oferecimento de um terço das vagas em período noturno, a ampliação dos programas de inclusão e assistência estudantil e o acesso ao Ensino Superior para egressos do sistema público de ensino (Pena; Matos; Coutrim, 2020).

A Lei n. 12.711, institui que, no mínimo, 50% das vagas das universidades públicas brasileiras sejam reservadas para alunos cotistas que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas, das quais, 50% (25% do total) destinam-se aos de baixa renda (renda per capita igual ou inferior a 1,25 salário mínimo), sendo os 50% restantes destinados a negros, pardos e indígenas (Brasil 2012b).

Tais dados demonstram que há um avanço significativo no que tange ao acesso mais plural e diverso de estudantes no ensino superior e que, a cada ano, mais alunos com necessidades e características específicas sejam abarcados.

No âmbito etnográfico, as populações indígenas, foco desta pesquisa, estão inseridas nesse contexto das Ações Afirmativas. Entretanto, com suas próprias especificidades entre elas, as questões histórico-sociais refletem sua trajetória dentro do nosso continente relativo à exclusão social, econômica e cultural.

Assim, as Ações Afirmativas são medidas políticas que tentam equalizar essas distinções. No entanto, as experiências voltadas para esse perfil de usuários ainda são consideradas recentes e estão sujeitas a mudanças. Essas mudanças estão relacionadas ao âmbito institucional e administrativo por meio das políticas públicas e contam com uma trajetória na questão das Ações Afirmativas nas Universidades Federais.

No âmbito dessa discussão, coloca-se às BUs o desafio de assumir serviços para atender às exigências e necessidades dos usuários que compõem a comunidade universitária. Destaca-se o atendimento dos estudantes com necessidades informacionais específicas, tais como os estudantes indígenas, garantindo, assim, acessibilidade a todos os alunos de forma igualitária, oferecendo serviços e informações em formatos personalizados e inclusivos (Stroparo; Moreira, 2016).

4 Relato de experiência das contribuições das bibliotecas comunitárias com as ações da BIBPSICO da UFRGS: pensando em serviços para os estudantes indígenas

“A condição de atender públicos distintos não é uma escolha das Bibliotecas Universitárias” (Crivellari; Sima, 2016), “[...] é uma realidade colocada diante das Políticas de Ações Afirmativas” (Casal, 2023).

A afirmação citada acima de Crivellari e Sima (2016) é complementada com o pensamento do entrevistado participante nesta pesquisa, o Bibliotecário Célvio Derbi Casal. Atualmente, Célvio Casal ocupa o cargo de bibliotecário documentalista e atua diretamente no serviço de referência e ação cultural da Biblioteca Setorial do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (BIBPSICO), unidade que faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), situada geograficamente no campus Saúde da universidade. A BIBPSICO atende aos cursos de graduação em Psicologia, Serviço Social e Fonoaudiologia, e conta com os seguintes colaboradores: quatro bibliotecários, duas assistentes administrativas e duas estudantes bolsistas.

No contexto dos serviços informacionais disponibilizados pela unidade aos usuários, por um lado, apresentamos aqueles considerados serviços tradicionais ofertados pela BIBPSICO: empréstimo de livros e periódicos; auxílio à pesquisa científica em bases de dados como por exemplo no Portal da Capes, no Portal de periódicos da UFRGS, na Base de dados Minha Biblioteca; orientação em normalização de trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações, entre outros serviços. A biblioteca também conta com um espaço físico para estudos em grupos e estudo individual, computadores, assim como sofás para descanso e momentos de lazer entre os estudantes.

Por outro lado, existem algumas iniciativas inovadoras de serviços e projetos que são ofertadas na BIBPSICO e têm impacto positivo diante da diversidade dos usuários ali atendidos, especialmente, por serem serviços personalizados, contribuindo para que o ambiente da biblioteca seja considerado inclusivo, despertando no estudante um sentimento de pertencimento ao ambiente universitário.

Primeiramente, destaca-se o Projeto de Extensão Super 8, que, embora seja um projeto administrado pela Biblioteca Central do sistema de bibliotecas de UFRGS, tem impacto positivo na BIBPSICO, uma vez que os bibliotecários responsáveis pela unidade estão engajados em divulgar e incentivar a participação dos estudantes no projeto.

O objetivo do Projeto de Extensão Super 8 é desenvolver, de forma individualizada, o domínio de técnicas de pesquisa e uso de informação em alunos de graduação e pós-graduação a partir dos conteúdos oferecidos em diferentes módulos. Ressalta-se que não há pré-requisitos para a realização dos módulos do Super 8. Assim, todos os estudantes podem participar, independentemente do seu conhecimento prévio dos assuntos e das tecnologias utilizadas nos diferentes módulos (UFRGS, c2023).

São diversos os módulos ofertados no Projeto Super 8: Módulos Regulares (aqueles ofertados de forma contínua) que incluem os temas: Elaboração de Currículo Lattes, Ética na Publicação Científica, Gerenciadores de Referências como Zotero e Mendeley, Introdução à revisão sistemática, dentre outros. Também compõem o projeto os Módulos Literais, Eventuais e Descontinuados, que oferecem cursos como por exemplo “Casulo Literário”, “WorkShop de autores Springer Nature: redação e submissão de artigos científicos” e “SABI+ e ebook ERE” respectivamente.

De acordo com o entrevistado, a BIBPSICO incentiva os usuários a se inscreverem nos cursos do projeto Super 8 e salienta que “[...] a UFRGS tem uma organização técnica muito interessante, tanto nos padrões dos sites quanto no processo de desenvolvimento de projetos, tipo o Super 8 que é ‘super incrível’, e acrescenta na formação técnica e complementar dos estudantes” (Casal, 2023).

Nesse contexto de discussão, destaca-se a proposta dos autores Araújo, Oliveira e Bezerra (2017) para que as BUs procurem adaptar-se às novas demandas informacionais das diferentes gerações, instituindo novas formas de conexão entre seus usuários e sistemas, de modo a objetivar a disseminação da informação encontrada em seus ambientes. Para isso, de acordo com os autores, é necessário que as BUs se mantenham atualizadas no que diz respeito às

inovações tecnológicas, apropriando-se dessas ferramentas, a fim de aprimorar constantemente seus serviços e, assim, satisfazer seus usuários reais e potenciais.

Para tal, conhecer em profundidade o perfil dos usuários que utilizam a biblioteca se torna fundamental para que seus bibliotecários e dirigentes desenvolvam e ofereçam produtos e serviços que satisfaçam as reais necessidades desses sujeitos, cada vez mais heterogênicos devido a diversos fatores, dentre eles, as já mencionadas Políticas de Ações Afirmativas.

No âmbito dessa discussão, o entrevistado salienta que:

Eu sou muito preocupado com essa questão dos ingressantes, em especial os cotistas e pensamos aqui em ações pensando neles [...] eu participei por exemplo da primeira composição e grupo de trabalho de combate ao racismo institucional na Faculdade de Psicologia, e esse grupo de trabalho que instituiu uma comissão permanente de combate ao racismo institucional, eu fiz parte dela por 2 anos, depois sai e retornei agora (Casal, 2023).

O bibliotecário Célvio Casal (2023) ressalta que fez parte da comissão do PPG e também está bastante preocupado com as questões das cotas “[...] especialmente as raciais e sociais/socioeconômica e as indígenas [...] são as que mais tenho meu foco, as que mais me envolvem”.

Em relação aos ingressantes via Ações Afirmativas Indígenas, ou seja, aos estudantes e usuários indígenas, o entrevistado afirma que está envolvido em trabalho de ativismo com comunidades indígenas e, portanto, tem um olhar diferenciado para esses estudantes. Nesse sentido, Célvio Casal (2023) afirma: “[...] conheço algumas comunidades indígenas, tenho amigos indígenas, estou sensibilizado para as questões indígenas, tanto aqui na universidade quanto fora dela. Me considero um aliado dos povos indígenas e em relação às cotas para universidade”.

Célvio Casal (2023) ainda afirma que as Políticas de Cotas Indígenas e os números de ingressantes indígenas da UFRGS são conhecidos no Instituto de Psicologia, e, portanto:

[...] nós, da gestão da BIBPSICO, nos debruçamos sobre eles há alguns anos, pensando justamente na questão da permanência, né [...]. Esse pensar não é apenas, os serviços, os bibliotecários, os professores, é estar juntos deles, tentando pensar em soluções para essas pessoas [...]. Então, temos de estar com essas pessoas juntos, para descobrir quais são os problemas e necessidades, né [...] juntos buscar soluções que sejam comuns (Casal, 2023).

O bibliotecário afirma que a equipe da biblioteca, de forma coletiva, tem realizado discussões, seminários, vivências com estudantes indígenas. Célvio ainda ressalta que, no Instituto de Psicologia, centro onde a BIBPSICO atende, há o Grupo de Acolhimento a Estudante Indígenas (GAIN), formado pelo coletivo indígena e coordenado por uma professora do curso de Serviço Social que atua diretamente com os alunos indígenas (Casal, 2023).

Quando questionado sobre qual curso possui mais estudantes indígenas, o entrevistado afirma que a graduação em Serviço Social é o curso que mais concentra estudantes indígenas no Instituto de Psicologia. Nesse âmbito, compreende-se que os professores também estão bastante sensibilizados nesta causa.

O grande desafio, nesse contexto, afirma Célvio, não é pensarmos mais no acesso desses estudantes ao ensino superior, pois a política de cotas já fez esse “trabalho”:

[...] o nosso esforço agora é pensar em ações de permanência e despertar o sentimento de pertencimento dessa comunidade indígena com a universidade [...], tu precisa dar condições de permanência para esses estudantes e, para além disso, outra coisa que a gente vem percebendo é o tensionamento que a presença dos estudantes indígenas na universidade faz, é um tensionamento muito maior do que isso, ele é um tensionamento epistemológico da fundamentação das áreas científicas que a universidade trabalha [...] (Casal, 2023).

Nesse sentido, a vivência e experiência do bibliotecário Célvio com as bibliotecas comunitárias trouxe esse olhar para a diversidade de estudantes que compõem uma comunidade universitária.

Os estudantes indígenas são um nicho dentro da comunidade universitária e, de acordo com o entrevistado:

[...] o que ocorre quando um estudante indígena chega num curso como o da psicologia e começa a aprender as teorias de Freud por exemplo, e todos os outros pensadores modernos da psicologia [...] a reflexão que fazemos é [...] para que que serve essa psicologia para os estudantes indígenas? Qual é o papel dessa psicologia dentro do seu modo de vida deles? Da sua forma de perceber o mundo? (Casal, 2023).

Com base no relato de Célvio, ressaltamos que esses tensionamentos têm trazido uma necessidade de a universidade se adaptar às “cosmo percepções” desses estudantes e desses grupos que estão nela representados. Dessa forma, o entrevistado relata que:

[...] uma virada que está ocorrendo no conhecimento, e que a sociologia chama de virada ontológica, que é a percepção que existem mais mundos, e que o conhecimento produzido nesse nosso mundo moderno e ocidental não é o conhecimento melhor ou o mais evoluído, e portanto, temos que valorizar esses saberes que vêm de fora e que não estão no “padrão” acadêmico, e que não estão no “padrão” da escrita, né, que vem a partir da oralidade (Casal, 2023).

Diante da realidade relatada por Célvio, há um desafio para os bibliotecários no âmago dos serviços das bibliotecas que envolve a tensão da produção dos saberes, “[...] porque o que é uma biblioteca se não um lugar que reuni, distribui, dá acesso, dissemina saberes”, enfatiza Célvio (2023).

Portanto, no contexto deste relato cabal, o entrevistado ressalta que a sua experiência como bibliotecário de Biblioteca comunitária contribuiu muito para sua visão sobre as diversidades de usuários no âmbito da BIBPSICO e como “devemos olhar para cada grupo de usuários de forma individualizada”, afirma Célvio Casal (2023):

Eu venho desse pensamento, dessa vivência com as bibliotecas comunitárias. E, quando eu entro no serviço público para trabalhar como bibliotecário numa biblioteca universitária, eu tento trazer isso para dentro. Então, minha questão é: como fazer a biblioteca universitária se parecer com uma biblioteca comunitária? [...] E o que é uma biblioteca universitária? [...] é uma biblioteca que é um centro de vivência de uma comunidade [no caso comunidade universitária]. E precisamos pensar de forma individualizada nas diferentes pessoas que compõem essa comunidade” (Casal, 2023).

A perspectiva do entrevistado vai ao encontro do conceito apresentado por Almeida Junior, em 1993, no qual iniciou uma discussão sobre o termo.

Nela, o autor considera a Biblioteca Comunitária como uma modalidade do conceito de biblioteca alternativa, na qual se inserem ações voltadas para a comunidade que atende, e pode ser denominada de “Biblioteca Centro Cultural”, “Bibliotecas populares e comunitárias”, dentre outras. Alves (2020) complementa que o fator de destaque da biblioteca comunitária é vínculo com a comunidade.

Nesse sentido, Célvio relata que, em 2019, por exemplo:

Realizamos aqui no instituto de psicologia uma “Jornada kaingang”, dentro dessa vontade de se relacionar com os estudantes kaingang e de trazer essa relação para toda a comunidade e produzir um conhecimento sobre isso, né. Queríamos propor uma reflexão à comunidade universitária sobre o que significa a presença kaingang dentro do Instituto de Psicologia e como isso tensiona o Instituto de Psicologia a se modificar [...] e, por consequência, o serviço da biblioteca se modificar também” (Casal, 2023).

Pensando nas políticas de Ações Afirmativas, ou seja, nas Políticas de Cotas, o entrevistado destaca que, na BIBPSICO, existe uma iniciativa de projeto de extensão universitária, denominada de Biblioteca Viva ou BibViva: Laboratório de Criatividade. O projeto se propõe a abrir um canal de comunicação entre a biblioteca e a comunidade do entorno, no qual a biblioteca é o mediador e fortalecedor desse vínculo. Trata-se de um canal aberto para visibilizar as demandas e fortalecer o diálogo entre a comunidade universidade e a comunidade externa, promovendo eventos estabelecidos nas dependências da biblioteca ou fora dos muros da universidade.

A Biblioteca como ponto de encontro e promoção de ações extracurriculares também é um ponto forte da unidade. De acordo o bibliotecário entrevistado, “[...] a biblioteca trabalha em conjunto com outros setores e instituições para promoverem atividades de que fato geram valor”. Uma dessas parcerias são com os cursos de serviço social e psicologia, conseguimos fazer muitas ações em parceria com as coordenações dos cursos. De acordo com Célvio: [...] não é à toa que depois de três anos atuando na biblioteca que eu fui fazer um curso de mestrado em psicologia social [...] e agora estou fazendo doutorado na área. Então, estar numa unidade de

informação que atende esses cursos nos ajuda a criar e mover esse ambiente com a comunidade (Casal, 2023).

A ação formar parcerias entre diferentes unidades vem ao encontro do que Mangué (2007) afirma ser um ponto crítico de sucesso para unidades de informação que atendem a um público diversificado. Mangué (2007) afirma que a cooperação entre bibliotecas para expandir o potencial informativo por meio do intercâmbio entre instituições correlatas se configura como um elemento chave para o sucesso das ações.

O entrevistado ainda ressalta que, na BIBPSICO, existem outras parcerias também, como, por exemplo, com os docentes do departamento de Psicologia e Serviço Social. O entrevistado também afirma que:

[...] temos parcerias com o Núcleo Transdisciplinas de Arte e Loucura que trabalha com os manicômios [...] nós já fizemos projeto no manicômio judiciário. Nesse momento, estamos fazendo uma exposição da Solm, que é uma grande artista que foi moradora de um hospital psiquiátrico aqui de Porto Alegre, durante um tempo, uma mulher negra também e multi-artista [...] ela é incrível [...]. Então é isso, nós vamos proliferando parcerias por onde nós vamos passando (Casal, 2023).

Outras características da unidade consideradas pelo entrevistado como pontos fortes são: a infraestrutura com espaço físico compatível com a demanda dos estudantes; o acervo que, embora necessite disponibilizar mais obras que atendam à diversidade dos estudantes, já disponibiliza material que contempla a diversos públicos; as parcerias realizadas com bibliotecas comunitárias para desenvolver ações que incluem o processo de troca de conhecimento entre ambas comunidades usuárias externas e internas; a localização, uma vez que fica na entrada do prédio dos cursos de graduação e, portanto, os estudantes dos diferentes cursos passam pela unidade antes de seguirem para suas salas de aulas ou para o bar e restaurante que ficam ao lado, dando ampla visibilidade à biblioteca, sendo também, muitas vezes, utilizada como ponto de encontro entre os estudantes.

Para finalizar, o bibliotecário também ressalta que, ao promover parcerias com as BCs experientes em serviços que atendam a uma ampla diversidade de usuários, elas contribuem significativamente com as BUs, uma

vez que fomentam não apenas o desenvolvimento técnico e científico dos estudantes (a missão central da BU), mas vão muito além, contribuindo para o despertar cultural das BUs, visto que vincula a unidade ao papel que a biblioteca precisa desempenhar ao se colocar na universidade como um agente propulsor da cultura, igualdade e respeito à diversidade em uma instituição de ensino.

5 Considerações finais

Como exposto, a necessidade de mudança nos serviços das BUs foi reafirmada com a transformação no processo de acesso ao ensino superior. A heterogeneidade e diversidade dos ingressantes, em especial após a implantação das Políticas de Ações Afirmativas, é um dos fatores dessa transformação.

Como mencionado, as Ações Afirmativas compreendem políticas públicas (e privadas) que visam à garantia de direitos historicamente negados a grupos minoritários, como negros, pessoas de baixa renda, indígenas, deficientes, dentre outros grupos.

Dessa forma, o público dessas duas tipologias de Bibliotecas – Universitária e Comunitária – apresenta correspondente diversificação e, embora a literatura da área discuta sobre a diferença de público entre as diversas modalidades de bibliotecas, a diversidade que a comunidade acadêmica apresenta atualmente a caracteriza como uma comunidade muito semelhante à comunidade das Bibliotecas Comunitárias.

Um estudo realizado em 2022 por Zaninelli, Caldeira e Fonseca, em torno das necessidades dos usuários acadêmicos já demonstrou os novos desejos dos estudantes em relação ao uso do espaço da biblioteca que transpassa o acesso à informação de qualidade. Os estudantes desejam espaços confortáveis que possam descansar entre os períodos matutinos e vespertinos de aula; um local para comerem sem precisar deixar os pertences no ambiente; ambientes temáticos para discussão de assuntos de seus interesses, como causa LGBTQIAPN+, questões que envolvem identidade de gênero, Mães solo, causas indígenas, saúde mental, local para feiras e exposições; guichês das Pró-reitoras

de Graduação e Assistência Social, dentre outros serviços (Zaninelli; Caldeira; Fonseca, 2022).

Nesse contexto, igualmente, as BCs e as BUs devem prover à comunidade acadêmica, incluindo aqueles com demandas específicas, tais como demandas de mobilidade, acessibilidade dos materiais, representatividade/diversidade cultural, intelectuais, financeiras, dentre outras, de recursos de informação, oferecendo serviços e produtos diferenciados às suas especificidades e potencialidades (Pupo; Melo; Ferrés, 2006; Stroparo; Moreira, 2016).

Assim, infere-se que, na BIBPSICO, os estudantes sejam eles ingressantes via ampla concorrência ou os ingressantes via políticas de Ações Afirmativas, são sempre tratados com igualdade no âmbito da comunidade acadêmica. Como afirma Célvio (2023), “[...] a palavra-chave da nossa unidade é empatia”.

Nesse sentido, novos serviços surgem e outros sofreram alterações para que todos os estudantes da universidade que fazem parte da comunidade atendida pela BIBPSICO, tenham as suas necessidades – não só as informacionais – atendidas pela biblioteca, de modo que esses estudantes desenvolvam um sentimento de pertencimento ao ambiente universitário.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Bibliotecas públicas e alternativas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 115-127, 1993.

ALVES, Mariana de Souza. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-29, 2020.

ARAÚJO, Ana Rafaela Sales; OLIVEIRA, Rebecca Maria de Freitas Sousa; BEZERRA, Midinai Gomes. Serviços de informação em bibliotecas universitárias: estudo comparativo entre bibliotecas de instituições de ensino superior da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: RBBBD, 2017.

BLANCO DOMINGO, Luis. Bibliotecas universitarias. *In: DINLE: Dicionario Digital de nuevas formas de lectura y escritura*. Salamanca: Universidad de Salamanca; Red Internacional de Universidades Lectoras, 2014.

BLANK, Cinthia Kath; SARMENTO, Patrícia Souza. Bibliotecas comunitárias: uma revisão de literatura. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 142-148, 2010.

BRASIL. Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 149, n. 199, p. 6, 15 out. 2012a.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 149, n. 169, p. 1, 30 ago. 2012b.

CASAL, Célvio Derbi. Entrevista sobre a experiência do bibliotecário com o processo de desenvolvimento de serviços para estudantes que ingressam na UFRGS via Políticas de Ações Afirmativas. [Entrevista cedida a] Thais Batista Zaninelli. [S. n.], Porto Alegre, 2023.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; SIMA, Aline Michelle. Biblioteca universitária, escolar e comunitária: o caso da Biblioteca Comunitária “Professora EBE Alves da Silva” do IFMG. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 28-48, 2016.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **Ações afirmativas e política de cotas no Brasil: uma bibliografia 1999-2012**. Recife: Ministério da Educação; Fundação Joaquim Mabuco, 2013.

GUEDES, Roger de Miranda. **Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MANGUE, Manuel Valente. **Consolidação do processo de informatização em Sistemas de Bibliotecas Universitárias na África do Sul, Brasil e Moçambique**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MILANESI, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i97p59-70> . Acesso em: 13 maio 2019.

MODESTO, Fernando. Biblioteca universitária e a inovação: reflexões, definições e descrições. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2018. p. 47-59.

PENA, Mariza Aparecida Costa; MATOS, Daniel Abud Seabra; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-51, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100003> . Acesso em: 13 out. 2024.

PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

SALA, Fabiana; LOPES, Fernando Cruz; SANCHES, Gisele Aparecida Ribeiro; BRITO, Tânia Regina. Bibliotecas universitárias em um cenário de crise: mediação da informação por meio das redes sociais durante a pandemia de covid-19. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 10-32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/ip.v5i1.43933> . Acesso em: 3 mar. 2023.

SANTA ANNA, Jorge; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita. O bibliotecário atuante em bibliotecas universitárias no século XXI: a necessidade de adequação ao moderno profissional da informação (MIP). **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 49-67, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i1.2127> . Acesso em: 3 mar. 2023.

SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. A redefinição da biblioteca universitária à luz dos paradigmas da Biblioteconomia e Ciência da Informação: um estudo de caso. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 3, p. 40-57, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/cirev.%25y440-57> . Acesso em: 3 mar. 2023.

SILVA, Wanessa Caroline da; ALVES, Maria Bernardete Martins; DUTRA, Sigrid Karin Weiss; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. A biblioteca universitária como um sistema adaptativo complexo (SAC): variação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-63, 2017.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 69-76, 2014.

STROPARO; Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

Educação, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 209-222, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.5902/1984644417430> . Acesso em: 11 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Painel de dados**. Porto Alegre: UFRGS, c2023.

ZANINELLI, Thais.; CALDEIRA, Giseli; FONSECA, Diego Leonardo de Souza. Veteranos, baby boomers, nativos digitais, gerações x, y e z, geração polegar e geração alfa: perfil geracional dos atuais e potenciais usuários das bibliotecas universitárias. **Brazilian Journal of Information Studies: research trends**, Marília, v. 16, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2022.v16.e02143> . Acesso em: 21 nov. 2023.

Community vs. university libraries and indigenous quota policies: an experience report from the Institute of Psychology at UFRGS

Abstract: This study aimed to understand how the actions and services developed and offered by community libraries, considering the diversity of their users, contribute to the development of services in university libraries, where the plurality of the academic community is already a reality. Field research was conducted using interviews as the data collection tool. Data analysis involved constructing an experience report that took into account the research objective. The data analysis suggests that the audience of university libraries is changing, becoming more similar to that of community libraries. Therefore, promoting partnerships between information units significantly enhances the quality of developing and offering new services. These collaborations not only foster the technical and scientific development of academics but also go further by contributing to the cultural awakening of a university library, linking the information unit to the role the library must play in the university as a driving force for culture, equality, and diversity in an educational institution. The study demonstrates that affirmative action policies are transforming the profile of university students, bringing greater heterogeneity and diversity to the academic community. Consequently, there is an increasing resemblance between the audiences of both community and university libraries, which highlights the urgent need for changes in the services of university libraries. The experiences of community libraries are highly beneficial for the development of new services in university libraries, considering that community libraries are already accustomed to the heterogeneity of their audience.

Keywords: community library; university library; indigenous affirmative actions; information services

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Thais Batista Zaninelli

Coleta de dados: Thais Batista Zaninelli

Análise e interpretação de dados: Thais Batista Zaninelli

Redação: Thais Batista Zaninelli

Revisão crítica do manuscrito: Thais Batista Zaninelli

Autoria para correspondência

Thais Batista Zaninelli

thais.zaninelli.uel@gmail.com

Como citar

ZANINELLI, Thais Batista. Biblioteca comunitária vs universitária e as políticas de cotas indígenas: relato de experiência no contexto do Instituto de Psicologia da UFRGS. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-144255, 2025. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.144255>

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.144255A>

Recebido: 27/11/2024

Aceito: 12/03/2025



¹ JESUS, Marisa. Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia. **BiblioTextos**, [s.l.], 2007. *Apud* Blank e Sarmiento (2010).